

Cidadania

Comemorado o fim do racismo no Carnaval

CAMPANHAS
A abertura dos blocos é resultado do esforço de várias entidades

NIKAS ROCHA

Instituições e entidades que participam de campanhas contra a discriminação racial em Salvador, constataram este ano que não houve casos de racismo, promovido por blocos carnavalescos, para impedir a saída de negros como associados durante o Carnaval. O Escritório Zumbi dos Palmares, Movimento Negro Unificado, MNU, Câmara de Vereadores e o Ministério Público comemoram o resultado e afirmam que foi fruto de denúncias, campanhas públicas e medidas tomadas para extinguir este tipo de comportamento social na Bahia.

A principal constatação foi realizada pelo Ministério Público da Bahia, por meio da Promotoria de Justiça da Cidadania, que colocou uma funcionária para acompanhar o trabalho de inscrição dos associados dos blocos e o cumprimento do termo de compromisso sobre a questão, assinado por 40 blocos, em 1999. Também o Escritório Zumbi dos Palmares, que funciona recebendo denúncias de racismo, não registrou nenhuma queixa sobre o assunto.

“Nos dois últimos anos não registramos nenhum caso de discriminação racial durante o Carnaval”, assinalou satisfeito o promotor de Justiça da Cidadania, do Ministério Público, Lidivaldo Raimundo Brito. Para o promotor, o termo de



Foto: Artur Ikissima

Sem as costumeiras exigências dos donos de blocos, pessoas de cor conseguiram brincar o Carnaval deste ano livremente

compromisso, resultante do inquérito civil aberto para apurar o assunto em 1999, tem sido o principal responsável por terminar este tipo de comportamento. “Temos acesso a todos os blocos e podemos comprovar no ato da inscrição do associado se este problema está ocorrendo”, afirma ele.

Para o vereador Juca Ferreira (PV), que presidiu a comissão de investigação sobre o racismo na Câmara de Vereadores de Salvador, em 1999, hou-

ve realmente uma “melhoria significativa”. Ele vê isto como uma vitória dos setores sociais que denunciavam e lutam contra o racismo. “Não podemos afirmar que eliminou o racismo, mas demonstrou que a sociedade não mais aceita este tipo de comportamento e quer uma convivência harmônica entre tipos de pessoas de raças diferentes”, disse o vereador.

Juca Ferreira acredita que esta foi uma conquista de to-

dos os setores que se levantam contra a discriminação racial, destacando os movimentos de valorização da cultura negra, o próprio trabalho da Câmara e a ação do Ministério Público. Comentando especificamente sobre o termo de compromisso, disse que se trata de uma medida eficiente, que funciona como advertência para diretores de blocos que queiram adotar o comportamento discriminatório. “É uma medida positiva, pois chama para a

responsabilidade social, antes de qualquer medida punitiva”, frisou.

O presidente da Comissão de Direitos do Cidadão, da Câmara Municipal, vereador Daniel Almeida (PC do B) também afirma que houve avanço para coibir a prática de racismo por parte de diretores de blocos. “Este ano não tive conhecimento de nenhuma denúncia sobre a discriminação de negros durante a venda de abadás”, afirmou.

Frequência separada

Para os vereadores, se a discriminação racial explícita não aconteceu, está surgindo uma outra, mais sutil, ligada à estrutura econômica e social da cidade.

O vereador Juca Ferreira, por exemplo, destaca que está ficando evidente a separação entre os frequentadores dos circuitos Barra-Ondina e Campo Grande-Praça da Sé. “Neste último vemos uma população de pretos e pobres e até já se fala em decadência de certas áreas do circuito”, aponta ele.

Denúncias

A discriminação racial praticada por blocos carnavalescos de Salvador explodiu no Carnaval de 1999. O assunto teve repercussão nacional. Naquele ano, houve denúncias de que diretores de blocos proibiam a venda de abadás a negros, dando a desculpa de que as fantasias haviam terminado. Pessoas de cor branca iam ao bloco, logo depois da recusa, e conseguiram comprar o abadá.

A comissão de inquérito instalada na época, na Câmara de Vereadores, constatou a prática de racismo e enviou um relatório para as principais instituições governamentais ligadas ao assunto, para que fossem tomadas providências.

SERVIÇOS

CARTÓRIOS/REGISTRO CIVIL

Subdistrito de Brotas
Rua Machado de Assis, 10 - Brotas
Subdistrito da Conceição da Praia
Rua da Bélgica, 2, Ed. Roosevelt,
4º andar - Comércio
Subdistrito de Itapua
Rua Otávio Mangabeira, s/n - Piaçá
Subdistrito dos Mares
Avenida Oscar Pontes, 1503,
Ed. Serravalle, 3º andar - Mares
Subdistrito de Nazaré
Rua Santa Clara do Desterro - Nazaré
Subdistrito do Paço
Praça José de Alencar, 8 - Pelourinho
Subdistrito de Paripe
Rua Almirante Tamandaré, 9 - Paripe
Subdistrito da Penha
Rua Visconde de Caravelas, Largo do
Papagaio - Itapagipe
Subdistrito de Periperi
Rua Dois de Julho, 39 - Suburbana
Subdistrito de Pilar
Av. Oscar Pontes, 1503, Ed. Serravalle,
3º andar, sala 304 - Pilar
Subdistrito de Pirajá
Estrada Velha de Campinas, 83,
km 3,5 - Pirajá
Subdistrito de Plataforma
Rua Úrsula Catarina, 07 - Plataforma
Subdistrito de Santana
Av. Joana Angélica, 626 - Nazaré
Subdistrito de Santo Antônio
Rua Saldanha Maranhão, 77-A -
Caixa D'Água
Subdistrito de São Pedro
Av. Sete de Setembro, 73, Fundação
Politécnica, 20, subsolo - São Pedro
Subdistrito da Sé
Praça da Sé, 03, 1º andar -
Praça da Sé
Subdistrito da Vitória
Av. Marquês de Leão, s/n - Barra

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS NATURAIS
Subdistrito de Brotas
Av. Antonio Carlos Magalhães,
1962 - Candeal
Tel: 452-1165

PROTESTO
1º Ofício
Rua do Corpo Santo, 16 - Comércio
2º Ofício
Rua da Espanha, 2 - Comércio
Tel: 241-5900
3º Ofício
Rua Ruy Barbosa, 19 - Centro
Tel: 2416745 / 326-7729

REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPOTECAS
1º Ofício - Zona da Vitória
Av. Sete de Setembro, 400 - S. Pedro
Tel: 322-2869

REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º Ofício
Largo do Campo da Pálvora
Tel: 320-6870
Central de Protestos de Títulos
e Documentos
Largo do Campo de Pálvora s/n
Tel: 321-3500

TABELÃO DE NOTAS
6º Ofício
Av. Estados Unidos, 181 - B, 1º andar,
sala 102 - Comércio
Tel: 326-2069
10º Ofício
Av. Almirante Marques de Leão, 561 -
Barra
Tel: 335-1484

DOCUMENTOS
CARTEIRA DE IDENTIDADE
SSP - Instituto de Identificação
Pedro Melo
Av. Centenário, s/n - Vales dos Barris
Tel: 203-1500

CPF
Ministério da Fazenda
Avenida Jequitaia, s/n - Comércio
Tel: 320-2500 / 242-0644
SAC - Serviço de Apoio ao Cidadão
Sistema Automático de Informações
Tel: 0800-715353

PASSAPORTE
Superintendência Regional
da Polícia Federal
Av. Oscar Pontes, 339 - Água
de Meninos
Tel: 319-6000 / 533-6363 / 319-6080
SAC - Serviço de Apoio ao Cidadão
Sistema Automático de Informações
Tel: 0800-715353

TÍTULO DE ELEITOR
Tribunal Regional Eleitoral - Cartórios
Centro Administrativo da Bahia
Tel: 373-7000 / 321-6823

HABILITAÇÃO (MOTORISTA)
Detran
Avenida Antonio Carlos Magalhães,
7744
Tel: 341-1913 / 267-6467
SAC - Serviço de Apoio ao Cidadão
Instituto de Cacau - Comércio
Tel: 326-2019
Shopping Barra
Tel: 264-2197 / 3324267 / 264-7559
Shopping Iguatemi
Sistema Automático de Informações
do SAC
Tel: 0800-715353

CARTEIRA DE SAÚDE
Semal (Abreugrafia)
Rua São Raimundo, 03 - Politeama
Tel: 329-2788

CARTEIRA DE TRABALHO
Delegacia Regional do Trabalho
Av. Sete de Setembro, 698 - Mercês
Tel: 329-8400
SAC - Serviço de Apoio ao Cidadão
Tel: 329-8400

ANTECEDENTES CRIMINAIS
SSP - Centro de Documentação
da Polícia Civil
Av. Centenário s/n - Chama-Chame
Tel: 203-1500

ALISTAMENTO MILITAR E RESERVISTA
Junta de Serviço Militar
Aeronáutica: Comando Costeiro - Ondina
Exército: Junta de Alistamento - Terminal
da Barroquinha; Forte de São Diego -
Porto da Barra
Fuzileiros Navais: Quartel da Avenida
da França
Marinha: 2º Distrito Naval - Avenida
das Naus - Comércio

ALVARÁS: (CONSTRUÇÃO/LICENÇA
DE LOCAL E FUNCIONAMENTO)
Juceb - Junta Comercial da Bahia
Rua Álvares Cabral, 16 - Comércio
Tel: 326-8000
Sebrae
Avenida Sete de Setembro, 261
- Mercês
Tel: 320-4300 / 320-4512
Sucom
Avenida Mário Leal Ferreira, 1975
- Bonocó Tel: 380-6600
Informações Gerais: 156

Tramitação especial para litigantes com mais de 65

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) saiu na frente e já iniciou o procedimento de cadastrar nas capas dos processos, que chegam ao setor de autuação, aqueles em que as partes têm idade igual ou superior a 65 anos, como determina a Lei 10.173, de 09 de janeiro deste ano. A lei, que entra em vigor na próxima sexta-feira (60 dias após a sua publicação), acrescenta artigos ao Código de Processo Civil, determinando que seja dada prioridade à tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

Segundo o presidente do STJ, ministro Paulo da Costa Leite, a prioridade está sendo devidamente observada, mas o ideal seria que todos os cidadãos, in-

dependentemente da idade, tivessem uma Justiça rápida e efetiva. Para isso, Costa Leite cobra do Congresso mais agilidade na aprovação da reforma dos códigos processuais. “Já está passando da hora de se proceder a uma ampla reforma das nossas leis processuais pois só assim não será preciso estabelecer em leis específicas aquele que deve ter prioridade”.

Como requerer

O benefício da Lei 10.173 deve ser requerido pelo interessado formalmente à autoridade judiciária, depois de juntar prova de sua idade. No STJ, a identificação dos processos envolvendo idosos está sendo feita por meio de um adesivo de cor verde com os dizeres “Maior de 65 anos”.

Servidora não é atendida na urgência do Planserv

E.C., uma funcionária de segundo escalão do governo do Estado, está com o ouvido bastante inflamado desde a última sexta-feira e sem atendimento médico. Funcionária pública, ela é filiada ao Planserv, mas nenhum dos otorrinos vinculados a este plano de saúde atendem em caráter de urgência. “Estou com dores insuportáveis e o Planserv não resolve”, disse.

Ela entrou em contato com a Secretaria de Administração, que repassou uma lista com o nome de

20 otorrinos. “Mas todos só aceitam marcar consulta. Não atendem de urgência”, lamenta a funcionária pública. Como também é professora da rede municipal de ensino de Salvador, E.C. conseguiu marcar consulta para hoje pelo Instituto de Previdência Social (IPS).

Ela não quis se identificar, temendo retaliações, mas ressaltou que procurou a imprensa visando uma “maior fiscalização da direção do Planserv na assinatura de convênios com otorrinos”.

personal e financeira. Os documentos foram extraviados em 1998 e o grande problema enfrentado por João Carlos é o sumiço de quatro folhas de cheque e conseqüente descontrole da conta bancária na agência 0280 do Banco Real.



Foto: Antônio Queiroz

Edenice de Carvalho não conseguiu matricular Thiago na escola

Aluno não tem chance de frequentar escola

Em escolas de bairros da periferia urbana diversos alunos matriculados, mas que trabalham, devem deixar à escola no meio do ano. É mais um grave problema. Mas o menor Thiago Carvalho de Sales, 12 anos, morador da Rua Vereador Urbano, 7, no Calabêto, não teve sequer chance de ser matriculado este ano na Escola Municipal Leóvicia Andrade, no mesmo bairro.

Thiago de Sales frequentou o ano passado, o Curso de Aceleração de 1ª e 2ª séries do ensino fundamental, na mesma escola, mas por apresentar um comportamento rebelde e até violento com os professores, foi sendo afastado. “A última dele foi jogar o chocolate da merenda no professor”, informou a professora da escola, Marinalva Santos Oliveira. Depois disso, o professor de nome Edno não quis mais ele na sala de aula e a diretora prometeu a transferência. Este ano, sua mãe Ede-

nice Silva de Carvalho disse que tentou matriculá-lo, mas não conseguiu.

A diretora da escola, Ananci Ribeiro de Miranda, diz que desconhece o fato. Já a professora Marinalva afirma que a mãe de Thiago não buscou matricular o filho este ano, alegando que iria transferi-lo para outra escola, no subúrbio, onde mora seu pai. Segundo ela, Thiago pode ficar sem estudar porque não vem recebendo a devida atenção por parte dos pais. “Ele é espancado pelo pai, um policial que não gosta do filho e a mãe não quer mais se responsabilizar pelo estudo do filho”, diz a professora.

Thiago vive o drama típico de uma criança que vem sendo agredida pelo pai e vem liberando sua raiva na escola. Ele precisa de um acompanhamento psicológico, serviço que a secretaria municipal de Educação parece não oferecer aos alunos da rede.